

À CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE – CGM

RECURSO: 20170032500189991

RECORRENTE: ECSF

xxx, servidora municipal, já qualificada no feito em epígrafe, interpôs recurso às respostas aos questionamentos realizados sob o protocolo de mesmo número, aberto em 14/11/2017.

Em apertada síntese, a mesma alega que não teve respondidos seus questionamentos, **sobre quais seriam os motivos de se inquirir a respeito do termo inicial do atestado/licença saúde (LS), ou quanto ao quantitativo de dias que referido documento médico instruiria de repouso, para recuperação do servidor que o portaria, seria seu detentor.** E solicita que seja demonstrado em qual “**protocolo**” estariam descritas a necessidade de tais questionamentos.

Conhecidos os motivos descritos para recorrer, recebo este feito tal qual um “Embargo de Declaração”, já que as respostas já haviam sido dadas anteriormente e não podem ser modificadas, apenas talvez, esclarecidas.

Quanto ao “**período de dias**” pontuado pela servidora como sigiloso, **informo que o sigilo é do diagnóstico (SMJ)** e não do período indicado para o referido afastamento. E o diagnóstico não é perguntado. Este somente será conhecido pelo médico perito, no momento da consulta pericial. Já quanto ao termo inicial e ao quantitativo de dias prescritos, faz-

se tais perguntas com fins a evitar incômodos desnecessários aos servidores do município tais como:

1 – Que o servidor venha à UPM depois de vencido o prazo legal para requerer sua LS, que é de 20 (vinte) dias do **termo inicial** da mesma, conforme disciplina o artigo 100, Parágrafo único do Estatuto do Servidor Público do Recife.

2 – Que o servidor venha à UPM desnecessariamente, já que atestados, LS, de até 03 (três) dias, não precisam ser periciados pela UPM, mas apenas abonados pelo gestor local, a chefia direta do servidor, fato também disciplinado pelo mesmo diploma legal referenciado anteriormente, em seu artigo 132.

Dito isto, informo que não há o requisitado “**protocolo de questionamentos**”, apenas e tão somente uma rotina administrativa com o cunho de facilitar, fluidificar a burocracia do dia-a-dia e, até, dar conforto ao servidor, alvo de nossa máxima atenção.

Entretanto, nenhuma e qualquer dessas “perguntas”, tão mal entendidas pela servidora, é ou será óbice ao atendimento do servidor pelo médico perito. Qualquer servidor poderá e terá sua consulta pericial marcada, independentemente de fornecer as informações solicitadas pelo agente que o atender ao telefone ou não.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

Recife, 12 de dezembro de 2017